

PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Vanilda Paiva *

Uma rápida visão panorâmica do que ocorreu com a educação brasileira nas últimas décadas poderá ajudar-nos a pensar o momento educacional e vislumbrar os caminhos que se abrem para os próximos anos. É possível dizer que a expansão do nosso sistema de ensino — um fenômeno que, embora tenha se firmado desde a Revolução de 1930, mostrou-se especialmente intenso a partir do final da Segunda Guerra Mundial — deixa perceber um deslocamento interno bastante claro. Se considerarmos as proporções estabelecidas entre a expansão dos diversos níveis de ensino podemos dizer que, nas décadas de 40 e de 50, a expansão da antiga escola primária (primeiros quatro anos do primeiro grau) gozou de uma posição bastante favorável, se comparada à de outros decênios — seja como consequência de opções tomadas por governos populistas em consonância com o pacto social sobre o qual se apoiaram, seja como resposta a pressões exercidas por organismos internacionais no pós-guerra (quando se fortaleceu a crença liberal na democratização das sociedades através da democratização das oportunidades educacionais), seja pelo acionamento de mecanismos criados ainda sob a ditadura Vargas, como foi o caso do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP). Quaisquer que tenham sido os motivos mais imediatos de tal expansão, ela certamente respondia a necessidades geradas pelas transformações provocadas pela industrialização substitutiva de importações e pelo aceleração da migração rural-urbana.

No entanto, nos anos 60, embora os índices de crescimento das matrículas do ensino primário tenham se elevado (eles foram de 56% nos

anos 40, 50% nos anos 50 e 64% nos anos 60), modificou-se a sua relação com a ampliação dos demais níveis. Especialmente a partir da segunda metade dos anos 60 acelerou-se a expansão do ensino médio, que atingiu na década 238% nas quatro últimas séries do primeiro grau (antigo ginásio) e 275% no segundo grau (antigo colegial). Fenômeno análogo, mas ainda mais marcado nos últimos anos daquela década, ocorreu com o ensino superior, cujas matrículas cresceram em 356%. A relação então estabelecida entre o crescimento dos três graus de ensino manteve-se nos anos 70, embora os índices de expansão do sistema educacional tenham sido globalmente deprimidos. Nessa década, as matrículas no terceiro grau ampliaram-se em 200%; o 2º grau cresceu em 180%, enquanto que as quatro últimas séries do primeiro grau apresentaram uma expansão pouco superior a 100%. Ao mesmo tempo, as matrículas nas quatro primeiras séries do primeiro grau mal ultrapassaram a barreira dos 25% — colocando-se abaixo dos índices de crescimento da população e permitindo esperar que os anos 80 nos brindem com um claro aumento do analfabetismo no país, não apenas em termos absolutos mas também relativos. Os dados são especialmente dramáticos quando referidos à expansão do acesso ao sistema, ou seja, das matrículas na primeira série do primeiro grau, que nos anos 60 já fora de apenas 47% e que nos anos 70 situou-se em torno dos 20%. Observe-se ainda que os índices globais para a década estão fortemente influídos pela expansão ocorrida nos seus primeiros anos. Certamente uma comparação entre os períodos 1965/74 e 1975/84 nos colocaria diante da constatação de que, no primeiro deles, ocorreu sensível crescimento das matrículas nos diferentes níveis, mas especialmente no secundário e no superior, em contraste com a evolução dos últimos 10 anos.

A explicação para semelhante desenvolvimento do nosso sistema de ensino passa por muitos caminhos. Não há dúvida de que as medidas das quais resultaram a expansão do período 65/74 estão ligadas à intenção

* Pesquisadora do Centro João XXIII (IBRADE), do Rio de Janeiro, e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF).

do regime instalado em 1964 de atender fundamentalmente à sua base social — com a ampliação de oportunidades educacionais de nível médio e superior — guiado em grande medida pelas diretrizes estabelecidas pelo IPES no seminário que deu origem à publicação *A educação que nos convém* e justificadas tanto com argumentos de caráter tecnocrático (qualificação de força de trabalho de nível médio e superior para o *boom* econômico) quanto com a idéia pseudo-liberal da privatização do sistema de ensino. Por outro lado, o governo precisou encontrar fórmulas para enfrentar a canalização, através do movimento estudantil de 1968, não apenas de insatisfações sociais e políticas mais amplas da classe média, mas de pressões intra-sistêmicas geradas pelas características do crescimento anterior do nosso sistema de ensino. A ampliação das oportunidades de ensino elementar nos 20 anos que sucederam à Segunda Guerra Mundial multiplicara a demanda pelo ensino médio e a inevitável expansão da rede pública deste nível — ampliando a boca do funil, antes muito apertada pela quase monopolização da escola média pelo setor privado — provocou a crescente busca de vagas na universida-

de, exacerbada ademais e felizmente pela equivalência de todos os cursos médios para efeitos de postulação ao acesso ao nível superior, conseguida com a Lei de Diretrizes e Bases em 1961.

Passado o momento de crise e consolidado o regime, controlado o movimento estudantil e o movimento de professores, esgotado o “milagre econômico”, a educação saiu da área “crítica” das preocupações governamentais. O ensino fundamental e mesmo o de 2º grau, reformados em 1971 e com o fracasso da profissionalização configurado muito cedo, foram deixados a critério dos governos municipais e estaduais, ao mesmo tempo em que os tributos se concentravam a nível federal; a estrutura do MEC dedicada a tais níveis foi política e financeiramente esvaziada, criando-se estruturas paralelas ou projetos especiais com financiamento e interferência externos. Em todos os níveis viram-se os empresários estimulados a buscar seus lucros aplicando no setor educacional com a segurança do subsídio público como prêmio certo à atividade economicamente improdutiva e de competência dos governos.

BRASIL

Primeiro ciclo do 1º grau

| | 1ª Série | 2ª Série | 3ª Série | 4ª Série | Subtotal 4 primeiras séries |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------------------------|
| 1960 | 3.950.504 | 1.626.590 | 1.150.770 | 720.443 | 7.448.307 |
| 1970 | 5.790.816 | 2.799.364 | 2.094.373 | 1.590.311 | 12.274.864 |
| % de crescimento das matrículas 1960-70 | 47% | 72% | 82% | 108,6% | 64,8% |
| 1980 | 6.742.282 | 3.605.966 | 2.917.698 | 2.310.005 | 15.575.951 |
| % de crescimento das matrículas 1970-80 | 16,4% | 28,8% | 39% | 45% | 26,8% |

Segundo ciclo do 1º grau

| | 5ª Série | 6ª Série | 7ª Série | 8ª Série | Subtotal 4 primeiras séries | Total |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------------------------------|------------|
| 1960 | 337.440 | 250.576 | 185.166 | 136.654 | 909.836 | 8.868.285 |
| 1970 | 1.158.836 | 819.645 | 630.645 | 473.587 | 3.082.713 | 15.894.627 |
| % de crescimento das matrículas 1960-70 | 243% | 227% | 240% | 246% | 238% | 79% |
| 1980 | 2.282.873 | 1.722.421 | 1.410.318 | 1.157.246 | 6.572.858 | 22.148.809 |
| % de crescimento das matrículas 1970-80 | 97% | 110% | 123% | 144% | 113% | 39% |

Fonte: SEEC/MEC

No que se concerne às grandes massas analfabetas, os últimos quinze anos foram marcados pela atuação do Movimento Brasileiro de Alfabetização, cujos resultados são bem conhecidos. Iniciamos os anos 70 com um índice de analfabetismo de 33,6%. O censo de 1980 registrou 25,8%, ou seja, uma redução de 7,8% na década. Esta redução se coloca bem abaixo daquela observada nos anos 50, (cerca de 11%), quando funcionou a grande Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), que nem de longe possuía os recursos humanos e financeiros de que dispôs o Mobral e que foi extinta no início dos anos 60, padecendo de uma imagem de completa ineficiência. A explicação para tal distância na redução dos índices nos anos 50 e nos anos 70 (décadas nas quais funcionaram grandes campanhas) deve ser buscada na evolução da expansão do primeiro ciclo do primeiro grau. Enquanto nos anos 50 a CEAA funcionou dentro do MEC com 25% dos recursos do FNEP, aplicando-se os demais 75% na ampliação da rede física que possibilitou o crescimento de 50% das matrículas no ensino primário, nos anos

70 assistimos à criação do Mobral como estrutura paralela ao MEC, com enormes recursos, enquanto o ensino de primeiro grau foi deixado à míngua, chegando ao seu mais baixo nível de expansão nos últimos 50 anos.

A experiência nacional e internacional mostra com grande clareza que as campanhas alfabetizadoras raramente obtêm êxito; o caso brasileiro não se afasta da regra. No entanto, a conjugação de uma campanha — para a qual foram carreados recursos que poderiam ter sido investidos numa solução definitiva para o problema do analfabetismo, através de programas de pequeno porte para alfabetização de grupos menos expostos à regressão ao analfabetismo associados à injeção de recursos na expansão do ensino de primeiro grau — com a insuficiente atenção dedicada ao crescimento da matrícula e à qualidade da escola fundamental são responsáveis pela pequena queda nos índices de analfabetismo (incompatíveis com os recursos aplicados) e pela possibilidade de que estes ín-

BRASIL

| | 2º Grau | Ensino Superior |
|---|-----------|-----------------|
| 1960 | 267.144 | 93.202 |
| 1970 | 1.003.475 | 425.478 |
| % de crescimento das matrículas 1960-70 | 275% | 356% |
| 1980 | 2.823.544 | 1.377.286 |
| % de crescimento das matrículas 1970-80 | 180% | 204% |

Fonte: SEEC/MEC

lices comecem a crescer nos anos 80. Um indicador desta tendência já pode ser percebido examinando-se os dados das Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílio (PNAD). Comparando-se os dados das PNADs de 1976 e de 1983 — excluindo-se, neste caso, a área rural da região Centro-Oeste para uniformizar o critério, já que a PNAD-76 não considera as áreas rurais do Norte e do Centro-Oeste e a PNAD-83 exclui somente a da região Norte — constatamos que os índices de analfabetismo entre 1976 a 1983 caíram em apenas 2,7%. Os índices das PNADs 76 e 83 — mesmo levando em consideração não apenas o erro implícito na amostragem que faz com que eles se coloquem abaixo daqueles do censo e que possam suportar uma correção de até 2% — mostram que, passado o momento inicial em que o Mobral funcionou como campanha e que atendeu à demanda reprimida por alfabetização (início dos anos 70), o efeito mobilizador e alfabetizador do Movimento na última década foi precário. Prova disso é não apenas a montagem sucessiva pelo Mobral de renovadas estratégias de sobrevivência, entrando sua programação na faixa de escolaridade obrigatória (como no caso do progra-

ma Infanto-Juvenil nos anos 70 e do recente programa de atendimento de jovens de 9 a 14 anos), como também o deslocamento de grande parte de seus recursos para áreas que nada têm a ver com a alfabetização de adultos (como o pré-escolar) e que são da competência da Secretaria de 1º e 2º Graus (SEPS/MEC). Os dados das PNADs nos permitem perceber o efeito conjugado do fracasso deste tipo de programa com a ínfima expansão do primeiro ciclo do primeiro grau nos anos 70: a PNAD-83 já nos mostra uma ligeira elevação dos índices de analfabetismo entre a população de 15 a 19 anos e uma redução irrisória e sem significado do mesmo índice na faixa etária de 20 a 24 anos.

Aspectos importantes na evolução dos últimos anos dizem respeito à qualidade do ensino e à privatização da rede escolar de todos os níveis. No que concerne à capacidade de retenção escolar e à qualidade da nossa escola, podemos afirmar que a situação pouco mudou nas últimas décadas. A evasão e a repetência — em que pese ter sido adotada a promoção automática, oficial ou oficiosamente, em muitos lugares — continuam tão elevadas quanto em décadas pretéritas. O ensino público viu sua qualidade se deteriorar não apenas em função de reformas para as quais o professorado não estava preparado (introdução da matemática moderna, de organização “por atividades”, etc., que os professores nunca chegaram a assimilar adequadamente), mas também em consequência da desaparecimento ou decadência das antigas escolas normais em conexão com a tentativa de generalizada profissionalização do ensino médio nos anos 70. À desvalorização profissional e social refletida na formação recebida e nos salários seguiu-se considerável perda do *ethos* profissional dos professores e a necessidade de ampliação da jornada de trabalho de maneira a complementar o salário. Mas se estas observações são válidas para o primeiro e o segundo graus, elas merecem ser nuançadas em relação ao terceiro grau. Na verdade, a qualidade do ensino superior foi mantida, e em alguns casos melhorada, fundamentalmente nas universidades públicas, em que pese as perdas salariais também visíveis neste grau de ensino e a pobreza evidente da maior parte destas universidades, que raramente contam com laboratórios e bibliotecas que possam ser considerados minimamente decentes. Apesar disso, a pós-graduação instalou-se definitivamente no Brasil, firmando-se, em diversas áreas,

centros de excelência capazes de concorrer com qualquer centro de estudos pós-graduados dos países mais avançados. A produção intelectual brasileira avolumou-se de modo a fazer do país o segundo maior produtor de *papers* científico-culturais no terceiro mundo.

Por outro lado, o processo de privatização pelo qual passou o sistema educacional brasileiro não tem paralelo na nossa história, rompendo-se nos últimos 20 anos o clássico modelo do ensino primário público/ensino secundário privado/ensino superior público. Sem dúvida, o esfacelamento do quase monopólio do ensino secundário privado através da ampliação da rede pública do que hoje é o segundo ciclo do primeiro grau e do segundo grau é um fenômeno da primeira metade dos anos 60, promovido por governos das mais variadas colorações. Em compensação, o capital privado foi estimulado a penetrar no ensino superior e, de certo modo, também no primeiro ciclo do primeiro grau, permeando hoje todo o sistema. O subsídio público ao ensino privado estimulou a multiplicação de empresas dedicadas à exploração dos negócios do ensino, ao mesmo tempo em que as tradicionais escolas secundárias confessionais foram se reduzindo, em consequência da renovação católica promovida pelo Concílio Vaticano II e da "ida ao povo" dos religiosos por ela provocada. Sobreviveram fundamentalmente os colégios católicos masculinos, progressivamente transformados em colégios mistos que, em geral, mantiveram elevados padrões de ensino para a classe média. Esta, enquanto duraram efeitos do chamado "milagre econômico", passou a buscar cada vez mais os colégios privados de melhor qualidade também em função da deterioração da qualidade do ensino público — situação que se modificou nos últimos anos, com a classe média demandando ensino público e disputando com outras classes sociais as insuficientes vagas das escolas públicas. No entanto, a multiplicação de escolas privadas também se deu em áreas geográficas onde se concentram crianças provenientes das camadas populares. Tais escolas, em geral, são de má qualidade, vivem do subsídio governamental e entram num espaço que obrigatoriamente o Estado deveria ter ocupado através da difusão do ensino público.

No que concerne ao ensino superior, embora existam algumas excelentes universidades privadas, especialmente as confessionais, a expansão

privatista se deu predominantemente através de escolas isoladas localizadas na periferia das grandes cidades. Sem dúvida há exceções, sendo possível encontrar escolas isoladas de boa qualidade. De modo geral, porém, a fatia do ensino superior privado — que atende hoje um número maior de alunos que as universidades públicas — é composta por uma considerável quantidade de escolas que servem ao enriquecimento de seus empresários, nas quais professores horistas recebem salários aviltantes e são cobradas taxas elevadas de uma clientela que faz enormes sacrifícios para obter um diploma que pouco valerá no mercado de trabalho.

Finalmente, para completar este rápido panorama, vale a pena tocar na questão relativa ao ensino não-formal através de movimentos de caráter confessional. O deslocamento de considerável contingente das forças católicas do ensino formal para a educação não-formal e de adultos trouxe uma espécie de entrelaçamento entre o trabalho pedagógico, político e pastoral. Partindo de idéias pedagógicas que estiveram presentes tanto nos primeiros anos de atuação do Movimento de Educação de Base (MEB) quanto nas propostas de Paulo Freire, a tendência dos meios católicos foi a de enfatizar os aspectos considerados não-diretivos em sua ação — com toda ambigüidade compreendida por qualquer proposta que se pretenda não-diretiva. De qualquer modo, desse processo resultou uma nova pedagogia alternativa, da qual muitos princípios começam a ser assimilados de forma generalizada pelos quadros dedicados à educação não-formal e a penetrar mesmo naqueles ligados ao sistema formal de ensino. A politização proposta por tal tendência contrasta tanto com o "moral e civismo" pós-68 introduzido no sistema escolar quanto com as formas e a orientação da politização que caracterizaram o período pós-64. Este é um dos resultados da ação "na base", do contato direto e prolongado dos "agentes" com as camadas populares e sua cultura e da radicalização da ideologia que endeusa o "povo simples", a "cultura popular" e que acentua a importância da "conexão vital" imediata do conhecimento adquirido. A politização para a qual se encaminhou tal orientação tem em vista menos os problemas nacionais vistos de maneira global do que o seu enfoque através dos problemas locais, refletidos na vida diária das camadas populares. Do mesmo modo, visa menos a vinculação partidária que a articulação a micro-nível, facilmente perdida no empírico cotidiano, na discussão das re-

lações inter-pessoais e nas reivindicações localizadas de pequenos grupos.

Este quadro sumário nos oferece alguns subsídios para começar a pensar que perspectivas estão abertas à educação brasileira. Podemos iniciar considerando os dados quantitativos. Neles há algo claro: ao menos no que concerne ao ensino de primeiro grau, e especialmente ao seu primeiro ciclo, a situação terá que se modificar a curto prazo. Está na ordem do dia a questão da reforma tributária que, entre outras coisas, permitirá aos municípios arcar de forma mais adequada com encargos relativos ao ensino fundamental. No entanto, a questão da municipalização deste nível de ensino constitui um assunto polêmico não somente devido à precariedade de recursos humanos na maioria dos municípios brasileiros (a maioria deles sequer possui uma Secretaria de Educação), que torna um contra-senso qualquer pretensão de municipalizar a orientação do ensino, mas também devido à profunda influência das oligarquias locais sobre as "máquinas" municipais e, portanto, sobre os sistemas de educação dos municípios. Maiores verbas para a educação a serem aplicadas diretamente pelos municípios pode facilmente gerar situações — já, aliás, experimentadas através de algumas tentativas da SEPS — nas quais os municípios se vêem sem saber o que fazer e como aplicá-los, terminando por devolvê-los ou malgastá-los. Pode também propiciar ainda maior ingerência do poder local sobre a indicação do corpo docente e localização das escolas. É preciso não esquecer que a velha prática clientelística, que tornou tradicional nos estados do Nordeste a substituição do professorado no interior sempre que o governo mudava de mãos, encontra-se mais viva que nunca. Se maiores recursos são disponíveis para melhor remuneração do corpo docente, isto significa que maior será a pressão e a luta pela indicação de professores.

Em função de tal situação muitas são as especulações em torno do que deverá ser municipalizado. Alguns defendem a municipalização das construções escolares, de forma a torná-las mais baratas e adequadas ao local. Aqueles que têm se preocupado com a questão da qualidade do ensino e com a equidade na sua distribuição acoplam tal preocupação àquela que diz respeito à qualificação do professorado, sua admissão e

remuneração, bem como à certa dose de centralização na orientação didático-pedagógica. Somente com a carreira única nacional do magistério, com tabelas de remuneração mínima de caráter nacional, com admissão por concurso, será possível não apenas evitar a imiscuição clientelística, mas permitir que a formação de professores e a capacitação de professores leigos tenha real impacto sobre a qualidade do ensino. Só no momento em que tais medidas forem tomadas é que deixaremos de ter cursos de capacitação de professores leigos freqüentados por apadrinhados do poder local sem qualquer conexão com o sistema escolar ou por professores que, uma vez capacitados, deixam as escolas onde recebem salários miseráveis para dedicarem-se a outras atividades nas quais utilizam os conhecimentos adquiridos.

Universalizar o primeiro grau deve ser objetivo de qualquer governo democrático. Para tanto, não se pode dispensar o concurso das boas escolas privadas. Mas não há nenhum sentido em remunerar o capital parasitário com compra de vagas na rede particular de baixa qualidade. Atenderemos certamente um maior número de crianças se ampliarmos a rede pública, e esta é uma tarefa urgente diante do ocorrido na última década. Crescimento do sistema escolar abaixo do crescimento da população significa crescimento do analfabetismo dentro de alguns anos. Tais efeitos, que já começamos a sentir, deverão ser revertidos não apenas por medidas que propiciem razoável ampliação e melhoria da rede pública, mas também por programas específicos para adolescentes e adultos, nos quais a alfabetização se conecte de maneira imediata e coordenada com o ensino supletivo.

No que concerne ao segundo grau, a desorganização trazida pela tentativa de sua profissionalização foi de tal ordem que é preciso parar para pensar com calma o que fazer. É preciso recuperar a qualidade tanto do ensino propedêutico quanto do ensino técnico tradicional. Só a partir daí será possível começar a vislumbrar que alternativas temos, por que razão as propostas de profissionalização que deram certo em outros países fracassaram entre nós, que novas formas de promoção da iniciação profissional podemos propor e de que maneira ela deve se conectar à formação geral. Desde há muito se foram as ilusões tecnocráticas relativas às possibilidades de adequação sem fricção da qualificação às ne-

cessidades de produção. O setor mais moderno da economia nos faz deparar com a necessidade de enfatizar a formação geral no segundo grau, base capaz de permitir maior flexibilidade e variabilidade nas funções, sem que tais considerações dispensem uma formação profissional inicial que pode ser especialmente útil nas regiões onde a economia submersa domina. Qualquer iniciativa neste setor demanda maior estudo comparativo — levando em conta a experiência de outros países — bem como a análise de experiências de desenvolvimento autônomo localizadas e suas soluções em matéria de qualificação da força de trabalho.

A necessidade de voltar a crescer é válida para todos os níveis de ensino, sem que para isso se deva estimular o setor privado. Ao contrário: é preciso exercer rigoroso controle sobre este setor, de forma a eliminar aquela parte que na verdade presta um desserviço ao país, pela precária qualidade do ensino que oferece e pelos grandes lucros que obtém em consequência do subsídio público. A população não paga impostos para que com eles se remunere o capital parasitário e improdutivo. O sistema educativo deste país não deriva da tradição anglo-saxônica — onde certos “sentimentos comunitários”, forte puritanismo e estrito controle social servem como freio aos abusos do empresariamento do ensino — mas da tradição latina, ou seja, da presença decisiva do Estado no desenvolvimento do sistema educacional. A tentativa de mudar o curso deste desenvolvimento neste país é recente e ainda pode ser revertida, em todos os níveis. Talvez devêssemos dar um pouco mais de atenção ao ocorrido em países que, embora não estivessem como nós na periferia do sistema capitalista mundial, precisaram recuperar-se em pouco tempo, através da reconstrução no pós-guerra. Japão e Alemanha não deixaram a educação à iniciativa privada; ao contrário, o Estado assumiu a tarefa educativa de maneira plena. No nosso caso, boa dose de patriotismo será exigida dos nossos dirigentes do setor educacional para que tomem medidas em favor da democratização do ensino, com suas consequências não apenas no que concerne à qualificação da força de trabalho, mas, especialmente, à ampliação da cidadania neste país — cidadania entendida não apenas como participação na escolha dos dirigentes e reivindicações de direitos, apelando para as instâncias jurídicas da sociedade, mas também como capacidade de contribuir

para a constituição de instâncias de poder no âmbito da sociedade política. Para tanto, é preciso que o Estado tome a frente na ampliação e melhoria da qualidade de todos os níveis de ensino, desestimulando a aplicação privada em escolas de má qualidade em áreas habitadas pelas camadas populares, atuando com critérios técnicos cuidadosos que assegurem que as iniciativas na área educacional de fato irão beneficiar a população e servir o desenvolvimento social, político e econômico da nação.

Sabemos bem que um dos riscos no período que vivemos é a tentação de utilizar a área educacional na barganha político-eleitoral. O populismo renascido das cinzas pré-64 nos oferece hoje o espetáculo de como esta utilização pode ser fácil e capaz de iludir a população menos politizada. Por isso, precisamos fixar critérios a partir dos quais será possível ao MEC atender demandas locais e dar ouvidos aos representantes dos diferentes municípios e estados. De pouco nos servem lindos projetos arquitetônicos se as escolas não são localizadas onde de fato se encontra a população que ainda não tem acesso ao sistema escolar e se não dispomos de um projeto pedagógico que dê sentido à ampliação da rede física necessária à universalização do ensino. A incorporação de critérios técnicos às decisões político-educacionais é a única forma de evitar o desperdício de recursos que são limitados e tentar recuperar as perdas ocorridas na última década. Para tanto, conta o Brasil hoje em dia com uma intelectualidade pedagógica que recebeu, nos cursos de pós-graduação do país e do exterior, uma formação técnica aliada à formação política resultante em grande medida da resistência ao autoritarismo, que na maior parte dos casos se apresenta sem vínculos com partidos não legais como resultado não apenas da ampla fragmentação experimentada pelas esquerdas nos últimos anos, mas também de profunda desilusão com métodos autoritários correntes no chamado “socialismo real” e nos grupos que o representam no plano interno. Mais que isso: uma intelectualidade cuja formação transcende não apenas a área propriamente pedagógica, mas até mesmo a área “educacional” num sentido estrito, pensando a educação num contexto sócio-econômico e político mais amplo. No entanto, esta disponibilidade de recursos humanos pode significar pouco se não houver a disposição de mudar o curso tomado pela educação nacional na última década e se o

Ministério da Educação não puder contar com uma gestão politicamente forte, capaz de canalizar para o setor os recursos necessários à retomada de um desenvolvimento do nosso sistema de ensino de forma compatível com as necessidades de uma nação moderna e democrática.

Apesar do caráter sucinto deste texto, que praticamente nos permite apenas levantar alguns pontos para o debate, devemos ainda referir-nos a alguns aspectos importantes.

O primeiro deles diz respeito à Universidade. É preciso estimular a universidade eficiente e ao mesmo tempo desestimular as iniciativas de má qualidade, especialmente de escolas isoladas — que com frequência constituem verdadeiras arapucas para os postulantes a vagas no ensino superior provenientes das camadas mais pobres da população. É preciso dar a estas a oportunidade de entrar na universidade pública, gratuita e de boa qualidade e isto só será possível ampliando e melhorando a qualidade dos demais níveis de ensino, de modo a permitir àquelas camadas a aquisição de condições de competição pelas vagas nas universidades financiadas pelo poder público. É preciso também estabelecer um sistema de bolsas de manutenção para os alunos mais pobres, de maneira a possibilitar-lhes um real aproveitamento dos cursos. Uma avaliação cuidadosa do desempenho de cada universidade, pública e privada, deverá anteceder quaisquer medidas, mas deverá ser feita com urgência para que se possa — a partir do princípio de prioridades das verbas públicas para a educação pública — estabelecer que setores na área privada possam merecer apoio do poder público.

É preciso reconhecer que, hoje, mais que no passado — quando a discussão já foi bastante feroz e dramática — a questão escola pública *versus* escola privada tenderá a situar-se no centro das polêmicas. E esta polêmica atravessará o sistema de ponta a ponta, até porque os empresários de ensino dos nossos dias não são mais os “tubarões do ensino” dos anos 50 — modestos proprietários de colégios secundários. São nu-

meros donos de verdadeiros conglomerados educativos, seguidos de uma grande quantidade de pequenos proprietários de colégios de boa qualidade destinados à classe média e um número infindável de escolas de todos os níveis que apresentam qualidade e condições materiais mais que discutíveis. Liderados pelos grandes empresários, os donos de colégios privados envidarão todos os seus esforços não apenas para manter a fatia conquistada ao poder público na sua área de competência específica, mas por ampliá-la juntamente com o subsídio. Um apoio com o qual puderam contar nos anos 50, porém, já não mais estará à sua disposição da mesma maneira: trata-se do setor confessional. As Igrejas de modo geral e a Igreja Católica, em especial, entrará nesta contenda profundamente dividida. Depois de décadas de resistência ao autoritarismo, ao longo das quais ganhou especial respeitabilidade junto às oposições (católicas ou não), a Igreja tenderá a considerar primeiro por onde passam de fato os interesses da população. Grupo significativo dentro da Igreja tenderá a apoiar o desenvolvimento do sistema público de educação — não apenas porque sabe que somente o Estado poderá **de fato** universalizar o ensino, como cultiva profunda dúvida a respeito dos efeitos evangelizadores da educação escolar. Ao contrário do que ocorreu nos anos 50, os hoje tão mais poderosos empresários de ensino dificilmente poderão atrelar aos seus interesses partes influentes e significativas da Igreja Católica e das Igrejas em geral.

Mas, o que realmente ocorrerá à educação nacional não vai depender apenas da boa vontade dos homens. Dependerá também das composições políticas que se mostrarem possíveis, das alianças que se estabelecerão aos níveis federal e estaduais neste setor específico. Esperemos que elas se formem de maneira a reverter as tendências dominantes nas duas últimas décadas, ao mesmo tempo em que se afaste das tentativas populistas de utilização das escolas como instrumento político-eleitoral, sem mediações que tornem possível às novas medidas educacionais beneficiarem de fato a população que delas mais necessita.